

“É impossível falar de resistência à ditadura sem lembrá-la”  
– autoritarismos, direitos humanos e memória no Paraguai

*“It is impossible to speak of the resistance towards the dictatorship without remembering it” – authoritarianism, human rights, and memory in Paraguay*

Tamy Amorim da Silva

PPGH/UFSC

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4009-987X>  
E-mail: [tamyamorim@gmail.com](mailto:tamyamorim@gmail.com)

Recepção: 13.05.2025

Aprovação: 27.05.2025



**Resumo:** O artigo investiga a trajetória de Carmen de Lara Castro na resistência à ditadura de Stroessner no Paraguai, com ênfase em sua atuação dentro do Partido Liberal e em prol dos direitos humanos. Para tanto, foram usados livros de cunho biográfico, entrevistas realizadas para pesquisas específicas e documentos do “Arquivo do Terror”. O método consistiu na análise crítica desses materiais para reconstruir a história de pessoas e ações de resistência. A partir dessa abordagem, o texto evidencia a importância das ações individuais e coletivas na denúncia dos crimes do regime e na defesa das liberdades. Conclui-se que Carmen de Lara Castro, apesar de constantemente vigiada pela polícia, desempenhou papel fundamental na criação da Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUP) e no apoio a pessoas presas, sendo sua trajetória essencial para a memória democrática atual, ainda marcada por lacunas sobre a participação feminina na resistência.

**Palavras chaves:** Carmen de Lara Castro, Direitos Humanos, Trajetória, Paraguai, Ditadura

**Abstract:** This article examines the trajectory of Carmen de Lara Castro in the resistance against the Stroessner dictatorship in Paraguay, focusing on her role within the Liberal Party and her advocacy for human rights. The study draws on biographical literature, interviews conducted for specific research projects, and documents from the *Archivo del Terror*. The methodology employed a critical analysis of these materials to reconstruct the history of individuals and acts of resistance.

Through this approach, the text highlights the significance of both individual and collective efforts in exposing the regime's crimes and defending freedoms. The study concludes that Carmen de Lara Castro, despite being under constant police surveillance, played a pivotal role in establishing the Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUP) and supporting imprisoned individuals. Her trajectory remains essential to contemporary democratic memory, which still bears gaps regarding women's participation in the resistance.

**Keywords:** Carmen de Lara Castro, Human Rights, Trajectory, Paraguay, Dictatorship

## INTRODUÇÃO

[...] la Sra. CARMEN DE LARA CASTRO, hizo uso de la palabra para expresar que la inauguración, coincidía con un acontecimiento muy caro al sentimiento del pueblo paraguayo, como es el día de la virgen. Siguió expresando que continúa en el olvido, a 30 años de la declaración de los derechos humanos, exhortando a los congresistas tener como bandera esa declaración, por cuya vigencia, manifestó, muchos perdieron la vida. Tras manifestar que el Congreso no se erigirá en Juez, aunque mucho hace falta, porque el deseo es defender a los oprimidos, a pesar de existir corazones que no comprenden la renuncia a la vida, que algunos compatriotas hacen por defender sus derechos y conquistar su libertad. [...] (Informe, 1978, p. 1)

Em plena ditadura stronista<sup>1</sup>, com contínua vigilância, mas dentro de um contexto específico, ocorreu em 1978, o I Congresso de los Derechos Humanos del Paraguay. Esse evento teve a frente a presidente da Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUP), personagem da narrativa destacada. Carmen Miranda Casco de Lara Castro, mais conhecida como “Doña Coca”, organizou a CODEHUP durante 26 anos. Nesse ínterim foi deputada (1967-1977) e senadora (1987-1993) por vertentes do Partido Liberal em seu país, e é sobre sua trajetória que exploraremos esse artigo.

Esse evento foi um marco no país, reunindo várias pessoas reconhecidas de organizações de direitos humanos mundiais, como o embaixador americano, que estava em solo paraguaio na época, Robert White. Além desse, ocorreram

<sup>1</sup> Nesse texto usaremos as palavras ditadura stronista e stronismo para qualificar o período de governo autoritário presidido por Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). Entendemos, que o regime stronista se consolidou sobre uma base de sucessivas crises militares e civis. A natureza prolongada desse regime resultou da combinação — ou “símbiose” — entre personalismo, militarismo e partidarismo único (por muito tempo). Foi a partir da fórmula Stroessner – Forças Armadas – Partido Colorado que se sustentou o seu governo, embora essa estrutura claramente não estivesse livre de conflitos. O regime de Stroessner foi marcado: pelo atropelo sistemático aos direitos humanos denunciado por pessoas e organizações, sustentado por um eficiente sistema de controle e violência contra a população paraguaia; por uma extensa rede clientelista e pela ‘coloradização’ das Forças Armadas e dos serviços públicos; pelo envolvimento em tráfico ilegal; pelo apoio do governo norte-americano e a simpatia de países vizinhos, inclusive na elaboração do Plano Condor. Tal entendimento acerca do regime comprehende os estudos de Nickson (2010), Brun (2014), Ardití (1992), Soler (2014), Acuña e Barcero (1991).

mais dois eventos em anos posteriores, um em 1982 e outro em 1987. Os registros desse congresso, utilizados no artigo, encontram-se entre os documentos produzidos e rastreados pela polícia — que participou e ordenou uma série de informes — com vistas a relatar seus superiores do que tratavam nesses eventos. No trecho destacado, Carmen de Lara Castro, durante a abertura ao evento, recordava às pessoas na plateia a importância de defender os direitos humanos<sup>2</sup> e destacava que muitas/os tiveram suas vidas cerceadas e ceifadas, mas que o Congresso não se tornaria uma espécie de juiz desses casos. E indicava que a luta empreendida pela CODEUHP era pelos oprimidos, pelos compatriotas que sofriam com a falta de direitos e liberdade.

A personagem em questão foi tema de uma dissertação de mestrado (2016) em História devido à peculiaridade de ser reconhecida em seu país<sup>3</sup> por seu envolvimento com a defesa dos direitos humanos, mas também por sua carreira política, algo raro para o período. A pesquisa baseou-se em entrevistas com pessoas que estiveram associadas a organismos de direitos humanos, com familiares de Carmen de Lara Castro<sup>4</sup>, além da análise de documentos do “Arquivo do terror”<sup>5</sup>, que revelaram extensa vigilância sobre suas atividades, como: idas

<sup>2</sup> A ideia de direitos humanos defendida pela CODEHUP tanto no citado evento quanto em outras situações era situada em preceitos cristãos e vinculada a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

<sup>3</sup> Em meados da década de 1990, o Partido Liberal Radical Autêntico entrou com o pedido para nomeação de uma praça no bairro *San Pablo* e uma rua de Assunção para Carmen de Lara Castro, como um reconhecimento de sua memória. No início dos anos 2000 havia um selo com seu nome usado pelos correios. E, em 2012, Martín Almada propôs um projeto para a criação de um curso de direitos humanos na antiga mansão de Alfredo Stroessner, que levasse o nome de Carmen de Lara Castro. Esses lugares de memória devem ser entendidos como expressões de grupos que possuíam apreço pela trajetória de Carmen de Lara Castro e que compreendiam que a ressignificação desses e outros espaços seria necessário para o avanço de políticas de memória. Porém esses locais por si só não dão conta de problematizar e criar consciência sobre os 35 anos de ditadura, torturas e vigilância quando continuamente Stroessner é apresentado como um herói por setores políticos e civis.

<sup>4</sup> Para a pesquisa de mestrado foram realizadas várias entrevistas (em sua maioria com homens) que estiveram envolvidos em organizações de Direitos Humanos ou que fizeram parte da CODEHUP. São eles: Alfredo Boccia Paz, Roberto Paredes, Luis Alfonso Resck, Francisco de Vargas, Nelson García Ramírez, Domindo Laino, Tício Escobar, Julian Vera Monjes, Dionisio Gauto Galeano, Jorge de Lara Castro, Luis F. Lara Castro, Fernando Adolfo Lara Castro, José M. Lara Castro e Marín Lara Castro. Apesar de buscar por mulheres, durante a pesquisa de campo nos encontramos com apenas duas: Rafaela Guaines de Laino e María Victoria Riart García.

<sup>5</sup> O “Arquivo do Terror” é como ficou conhecido popularmente o acervo que contém documentos da polícia stronista, resgatados em dezembro de 1992. Os documentos estão abrigados no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, em Assunção. E nesse acervo é composto por documentos produzidos e sequestrados pela polícia, e são originários da Comisaría Tercera, da Dirección de Asuntos Técnicos, do Departamento Judicial de la Policía e da Delegación do governo de Caaguazú. Segundo o levantamento feito por pesquisadores, podemos encontrar nesse acervo: 11.225 fichas de

à igreja (inclusive com fotos), transcrição de falas em encontros diversos, áudios, panfletos da CODEHUP, relatórios sobre a movimentação de sua casa e recortes de jornais. Quando realizei a pesquisa de campo em Assunção, comprehendi que as décadas em que ela foi mais vigiada, no sentido de produção policial, foram os anos em que teve participação política nos partidos de oposição — período também em que a própria polícia stronista estava mais articulada em termos de integração de dados<sup>6</sup>.

Mas o que ela fazia de tão importante para mobilizar a atenção policial? O que sua trajetória pode nos ensinar sobre as mulheres de seu país durante o stronismo? Por que “não se pode falar de resistência à ditadura, sem mencioná-la”?, como afirmou o médico e pesquisador, Alfredo Boccia Paz (2014, p. 14). Este artigo tem o objetivo de tensionar essas questões à medida em que considera a trajetória de Carmen de Lara Castro, compreendendo que se coloca no terreno movediço da biografia histórica (Dosse, 2009, p.17, Avelar, 2011, p. 147, Schmidt, 1996, p. 181), sempre pontuado por lacunas e ordenado por uma coerência de quem escreve a história.

Sabemos que a escrita da história nem sempre privilegiou a biografia de mulheres ou as incorporou à “ciência do homem no tempo”, definição de nossa disciplina frisada por Marc Bloch (2002, p. 55). No entanto, o campo foi se modificando ao longo das décadas e os estudos feministas e de gênero têm ressaltado uma variedade de mulheres que não só escreviam sobre história e foram “esquecidas” ou “silenciadas”, mas também passaram a evidenciar personagens não tão conhecidas ao grande público, como evidenciam as obras de Smith (2003) e Perrot (2007). Ainda assim, apesar de mudanças perceptíveis, o gênero biográfico é

---

pessoas detidas/os ou de “suspeitos”, 1.888 cédulas de identidades e passaportes, 20.000 fotos, 1.500 livros sequestrados, 543 áudios gravados em fita cassete expondo eventos, reuniões, programas de rádios e etc. Além de 700.000 documentos, organizados em: 181 arquivadores, 204 caixas de informes e com documentos diversos, 574 pastas de partidos políticos, sindicatos, mapas, 600 livros encadernados e 115 livros produzidos com as novidades da guarda de direção de vigilância e delitos (Paz, Palau & Salerno, 2014, p. 45- 50).

<sup>6</sup> Na investigação no acervo do “Arquivo do terror”, selecionei o número de 294 documentos sobre Carmen de Lara Castro. A pesquisa foi feita no buscador tanto do site institucional quanto no próprio arquivo. Dessa documentação variada, encontramos na década de 1960, o número de sete os documentos que mencionam Carmen de Lara Castro; já na década de 1970 são setenta documentos; e na década de 1980 são 205 documentos; os outros 12 documentos não possuem data. Alguns desses documentos podem ser verificados através do site do Projeto Memoria Histórica, Democracia y Derechos Humanos. Nele pode-se perceber que a quantidade de documentos produzidos e sequestrados pela polícia cresceu drasticamente entre essas décadas. Disponível em: <https://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/388>. Acesso em 10 jan. 2025.

marcado por um cenário masculino, inclusive no que diz respeito às pessoas que são biografadas ou às autobiografias (Perrot, 2007).

No Paraguai, Carmen de Lara Castro não é uma total desconhecida, e muito se deve aos sobreviventes do autoritarismo que ressaltam a sua importância durante o stronismo em entrevistas e periódicos. Sua trajetória também foi destacada em livros que retratam aspectos biográficos gerais, como: *Forjadores de La Pátria* (2005), *Mujeres rebeldes por la patria* (2011), *Mujeres que hicieron historia* (2011). Outro trabalho biográfico, mas dedicado somente à personagem, escrito em formato de livreto por Montesserat Odone de Caballero foi *Otros verán nuestra victoria- breve biografía de Carmen Casco Miranda de Lara Castro* (1994).

No entanto, nesses trabalhos existe uma escrita biográfica que aponta a “exemplaridade” da vida de Carmen de Lara Castro, em formato de homenagem, em que os eventos e os registros indicados são selecionados para melhor condizer com a personagem que buscam evidenciar — uma mulher excepcional, ou uma ilusão biográfica, como sugere o texto clássico de Pierre Bourdieu (1998). Carmen de Lara Castro não deixou escritos autobiográficos para o público, e apesar de sua relevância na história do país, tampouco existe um acervo com documentos que foram produzidos pela CODEHUP. Para esse artigo foram considerados na exploração de sua trajetória, documentos selecionados no Arquivo do Terror, entrevistas e livros que auxiliam a compreender o contexto em que a personagem viveu e lutou pela vigência dos direitos humanos em seu país.

## MULHERES NA LUTA POLÍTICA E POR DIREITOS HUMANOS- ESPAÇOS DE CONFRONTO COM A DITADURA STRONISTA

Como salientaram Bareiro e Echauri (1995), as mulheres geralmente têm sido pouco consideradas em suas trajetórias políticas. Para essas autoras suas histórias de ascensão dentro de um partido são frequentemente associadas à luta pelos direitos humanos, a programas de beneficência ou a graus de parentesco (1995, p. 9-11). Esses fatores desconsideram, muitas vezes, a própria agência das mulheres, que são compreendidas como recém-chegadas ao cenário político — como se pouco entendessem sobre o assunto, já que seria um espaço de domínio masculino. No caso da trajetória de Carmen de Lara Castro, esses indicadores se conectam com o seu percurso partidário no país, mas é importante destacar que, sem sua determinação em agir, ela não poderia ter avançado em um contexto tão adverso à participação política feminina e sob o peso do autoritarismo.

Carmen de Lara Castro nasceu em 1918, no Paraguai, em uma família com filiação política associada ao Partido Liberal. Fez seus estudos em colégios católicos e, posteriormente, foi professora de Francês e Educação Moral e Cívica em escolas da região de Assunção (Barreto, 2011, p. 291-292). Sua trajetória familiar foi marcada por eventos bélicos. Na década de 1930, quando eclodiu a guerra contra a Bolívia, conhecida como “Guerra do Chaco”, seu pai e irmãos foram chamados à batalha. Depois, quando ocorreu a Guerra Civil de 1947, parte de sua família teve de se exilar na Argentina sem possibilidade de retorno, devido ao envolvimento político no conflito<sup>7</sup>. Nesse período viveu em Assunção, tinha dois filhos e esperava pelo terceiro, enquanto seu esposo, Mariano Luis Lara Castro, também teve que se exilar, mas retornou um ano depois.

Na pesquisa realizada, observou-se que as memórias sobre esse período difícil da vida de Carmen de Lara Castro emergiram principalmente nas narrativas dos filhos e em um escrito de sua autoria publicado na revista *Cuñatay* (1963), no qual lamentava a morte de seu pai no exílio (Castro, 1963, como citado em Caballero, 1994, p. 8). Apesar de ter vivido momentos de tensão relacionados a militância de sua família e à filiação liberal, foi dentro desse partido que teve carreira política ascendente, algo pouco comum para as mulheres que, aliás, conquistaram o sufrágio em 1961<sup>8</sup>.

Não é possível determinar com precisão os motivos para a inserção partidária de Carmen de Lara Castro, mas podemos apresentar dados circunstanciais sobre seu envolvimento político. Segundo as biografias consultadas, ela teria participado da reorganização do partido entre os anos de 1946-1947, associada a um grupo juvenil de “damas” da sociedade — contexto marcado por intensos exílios e prisões políticas. Embora poucos registros tenham sido encontrados sobre sua atuação na década de 1940, sabe-se que nos anos 1950 ela teria participado de uma organização chamada de *Instituto de Amparo a la Mujer* (1953-1956), voltada para o atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Essa associação, como indica o trabalho de Bareiro, Soto e Monte (1993, p. 288), foi extinta no início do governo de Stroessner sob alegação de “actividad ilícita”. Apesar de não figurarem em uma entidade política formal e nem serem

<sup>7</sup> Foi um conflito armado que durou de março a agosto daquele ano. A revolta foi liderada por uma aliança de militares e partidos opositores — Liberais, Febreristas e Comunistas — contra o governo autoritário de Higinio Morínigo, que contava com o apoio do Partido Colorado e de setores das Forças Armadas. Ver em: Florentín, 2013.

<sup>8</sup> Para saber mais sobre a questão do sufrágio no país, verificar a obra “*Al fin ciudadanas (1961-2011) - 50 años de derechos políticos de las mujeres en Paraguay*” (Moreira, Bareiro & Soto, 2011).

consideradas como cidadãs plenas de direito, segundo Graziela Corvalán (1986, p. 111), o significativo envolvimento de mulheres vinculadas a partidos de oposição provavelmente contribuiu para sua dissolução.

Nesse contexto da década de 1950, outras organizações femininas atuavam no Paraguai, inclusive na reivindicação pelo sufrágio feminino e direitos civis. Entre elas, destacava-se a Liga Pro Derechos de La Mujer (1951-1962), vinculada ao Partido Colorado — então o único partido oficialmente reconhecido. Esta organização congregava mulheres de várias associações e produziu o jornal *El feminista* (1953-1962), no qual expressava suas ideias acerca da questão do voto, maternidade, casamento e o código civil. Contudo, seu discurso não confrontava a estrutura de gênero vigente, mantendo uma postura anticomunista e alinhada aos valores cristãos<sup>9</sup>. Outra organização relevante foi a Asociación Paraguaya de Universitarias Graduadas (1954-?), que colaborava com a Liga e publicava artigos no *El Feminista* (Barreto, 2011, p. 295-296).

No Partido Liberal, ao qual era filiada, Carmen de Lara Castro desenvolveu atividades significativas em meados dos anos 1960. Em 1963, assumiu a direção da publicação *Cuñatai*, periódico liberal que abordava especialmente a ação política feminina e mobilizava as mulheres para atividades benéficas em apoio a presos políticos e seus familiares. Conforme registrado na revista, o Departamento Femenino do partido mantinha visitas semanais aos presos políticos e prestava assistência a seus familiares — algo que era considerado habitual no setor feminino. Em apelo publicado, solicitavam: “*Su banco de medicamentos a los correligionarios [?] y de ropas y utiles [?] a personas en la indigencia. Amigas su ayuda para assistencia social es indispensable y será siempre bien recibida*”. (Cuñatai, 1963, como citado em, Caballero, 1994, p. 25)

Embora fosse algo comum às mulheres nos departamentos femininos do partido — a organização de festas, angariar fundos, prestar assistência à sociedade ou exercer funções como secretárias e tesoureiras — nem sempre estavam de acordo com esses papéis. Em entrevista, Carmen de Lara Castro abordou essa questão e destacou:

Yo no estaba de acuerdo con el papel que le querían y le quieren dar a la mujer en la política que es de vender entradas, fritar empanadas y trabajar solamente en asistencia social. Fue así como salimos al campo para concientizar a los campesinos, recorrimos toda la república prácticamente en momentos muy difíciles hicimos una campaña para que la mujer también ingrese a los comités, conseguimos elegir a muchísimas mujeres convencionales para asambleas y tres presidentas de comités. La campaña era no aceptar

<sup>9</sup> Como pode ser verificado nos documentos publicados no livro Alquimistas de (Bareiro et al., 1993, p. 265-267).

ningún cargo de comisión de fiestas que no fuera mixta, es decir queríamos que la mujer ocupara su lugar de acuerdo con su capacidad. Mis recuerdos me llevan a ese grupo de mujeres que sin tener esa intención de llegar a cargos políticos y trabajaran solamente por idealismo tan grande de sacrificarse sin obtener nada a cambio (Codas, 1989).

Para Carmen de Lara Castro, segundo o relato, as mulheres precisavam transcender o papel de meras apoiadoras e ocupar os espaços dentro dos comitês diretivos, além de se assumirem politicamente, sem aceitar ficar em segundo plano. Campanha que parece ter abraçado dentro do partido em algum momento de sua carreira política. Esse tipo de ação de apoio no partido era comum entre as mulheres da “elite”<sup>10</sup> da sociedade. Embora essas atividades de apoio partidário reforçassem estereótipos de gênero associados ao cuidado, é crucial reconhecer que (dentro das limitações políticas impostas às mulheres na época) elas também representavam uma forma de expressão pública e inserção política. Paradoxalmente, foi através dessas associações tradicionalmente vinculadas à caridade que Carmen de Lara Castro conquistou sua ascensão dentro da estrutura de seu partido.

Ainda pelo Partido Liberal, em 1965, o Departamento Femenino conseguiu organizar o *Primer Congreso Femenino del Partido Liberal*, no qual debateram sobre aspectos da vida política da mulher e conclamavam as mulheres para participarem das atividades políticas do partido. É importante enfatizar que desde 1963 as mulheres puderam ser eleitoras, de modo que o partido também estava buscando angariar um caudal eleitoral. Apesar da fachada democrática da ditadura stronista, que precisa ser levada em conta, desde aquele ano, ocorreram eleições com partidos da oposição, e, nesse ínterim ocorreram algumas divisões no Partido Liberal<sup>11</sup>.

Após 1967, com uma nova constituição e com alguns partidos concorrendo às eleições, o resultado foi esse: em 1968-1973, 2 mulheres foram eleitas, Carmen de Lara Castro pelo Partido Liberal Radical na Câmara de Deputados (do total de 60 pessoas), e no Senado (com 30 representantes) Dolores de Miño do

<sup>10</sup> De acordo com Flávio Heinz, não existe um “consenso sobre o que é uma elite” ou “sobre quem são e o que as caracteriza” (Heinz, 2006, p. 7). Mas comproendo, que faz referência a uma minoria privilegiada devido a qualidades naturais ou adquiridas, que podem, de alguma forma, serem influentes nas relações de poder. Em minha pesquisa, entendo que Carmen de Lara Castro fazia parte de um pequeno grupo privilegiado da elite política, reconhecida socialmente por suas atividades, por seu nome de origem e vinha de uma família com importantes vínculos políticos.

<sup>11</sup> Não entraremos no debate sobre as divisões dos partidos e seus conflitos, pois fugiria aos objetivos propostos. No entanto, recomendamos a leitura de alguns autores que abordam essa temática, como: Paul Lewis (1986), Benjamin Ardit (1992), François Chartrain (2013), Diogo Abente Brun (2014).

Partido Colorado (Villalba, 2000, p. 198-199). Em 1973-1978, o resultado não foi muito diferente: para a Câmara de Deputados foram eleitas duas mulheres do Partido Liberal Radical, Carmen de Lara Castro e Ligia Prieto Centurión, e no Senado, pelo Partido Colorado, Leonidas Paez de Virgili (Villalba, 2000, p. 199-200).

Nos documentos selecionados no Arquivo do Terror, ao verificar as listas de candidatas/os a eleição que informam sobre a composição estrutural do partido para o comitê direutivo, poucos nomes de mulheres apareciam. Na década de 1970, somente os de Elida Lizza, Ligia Prieto e Carmen de Lara Castro foram apresentados na seção Liberal Radical (Partido Liberal Radical, 1977). Essa sub-representação feminina sugere que, mesmo com os avanços conquistados, o partido mantinha barreiras à plena atuação política das mulheres. A própria Carmen de Lara Castro, em entrevista de 1989, corroborou essa interpretação ao relatar: *“fue muy dura mi lucha política, porque mujer, hay que trabajar como tres hombres, para que te den tu lugar”* (Codas, 1989). Seu depoimento revela não apenas a desigualdade de funções atribuídas, mas também a necessidade de um esforço desproporcional para obter reconhecimento político<sup>12</sup>. Contudo, é significativo destacar que, na mesma entrevista, afirmou contar com o apoio de colegas homens do partido e não se considerava marginalizada — posição que pode refletir tanto uma estratégia de negociação política quanto uma genuína percepção de seu espaço conquistado.

Quando Carmen de Lara Castro foi eleita, entre as décadas de 1960-1970, havia um contingente considerável de pessoas presas no país, que aumentava em relação aos ciclos de maior ou menor violência do regime, e as denúncias acerca dos maus-tratos e prisões arbitrárias já tinham percorrido organismos de direitos humanos<sup>13</sup>. O governo de Stroessner, na década de 1960, segundo Nickson (2010, p. 265-294), já estava “consolidado”. Encaminhou para o exílio ou ‘desapareceu’ parte de seus opositores, abafou os sindicatos, os movimentos de camponeses, organizações estudantis, as guerrilhas e exterminou populações indígenas

<sup>12</sup> Em um projeto do Centro de Documentación e Estudios (CDE) sobre a participação feminina na política e seus entraves, realizado na década de 1990, foram encontrados dilemas semelhantes ao narrado por Carmen de Lara Castro. Tal pesquisa é interessante para traçar paralelos com o período destacado (Soto & Barcero, 1992; Soto & Echauri, 1993).

<sup>13</sup> É preciso destacar que as denúncias de violações aos direitos humanos foram enviadas para órgãos internacionais desde o início do regime stronista. Nesse sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH/OEA, após ter iniciado suas atividades no ano de 1960, informou que recebeu diversos comunicados e denúncias de prisões ilegais, torturas e outras violações, e realizou um informe que foi discutido no terceiro ciclo de sessões em 1961. (Simón, 1992, p. 57-58, 116-117)

(Comisión de Verdad y Justicia, 2008). Cabe lembrar ainda da existência de leis repressivas (294/1955 e 209/1970) que cerceavam as liberdades públicas e privadas, do Estado de Sítio decretado de tempos em tempos e do fortalecimento regional, em termos de repressão, com o Plano Condor (Soler, 2014; Arditi, 1992; Brun, 2014)<sup>14</sup>.

Para entender a ascensão da personagem dentro do partido de oposição e no Congresso Nacional em um contexto autoritário, é necessário levar em conta alguns fatores. Em seu conjunto: havia uma tradição familiar associada ao Partido Liberal; para além de seu esposo, seu pai e irmãos, havia também representantes importantes como seu tio, que foi presidente do Paraguai, o Marechal José Félix Estigarribia, e seu sogro, que foi ministro das Relações Exteriores. No entanto, a sua trajetória precisa ser vinculada também a sua agência e atuação política, primeiramente conectada à beneficência, e que veio confirmar o centro de suas ações sobre os direitos humanos. Outro ponto relevante, destacado nas entrevistas realizadas com seus filhos, foi o apoio de seu esposo à sua carreira política (na época, Mariano Luis Lara Castro era professor no curso de direito na Universidad Católica), além do auxílio de seus filhos.

Esses fatores, possivelmente, foram decisivos para a ascensão de Carmen de Lara Castro e a levaram a ser considerada como candidata pelo Partido Liberal Radical e, posteriormente, eleita. Foi nesse cenário que se formalizou a Comisión Nacional de Defensa de los Derechos Humanos, quando assumiu como Deputada Nacional. No início, a CODEHUP, segundo a investigação, era uma organização pequena com poucas pessoas articuladas<sup>15</sup>, mas uma década depois já possuía outros vínculos com organizações ligadas à igreja e outros organismos de direitos humanos tanto nacionais quanto internacionais.

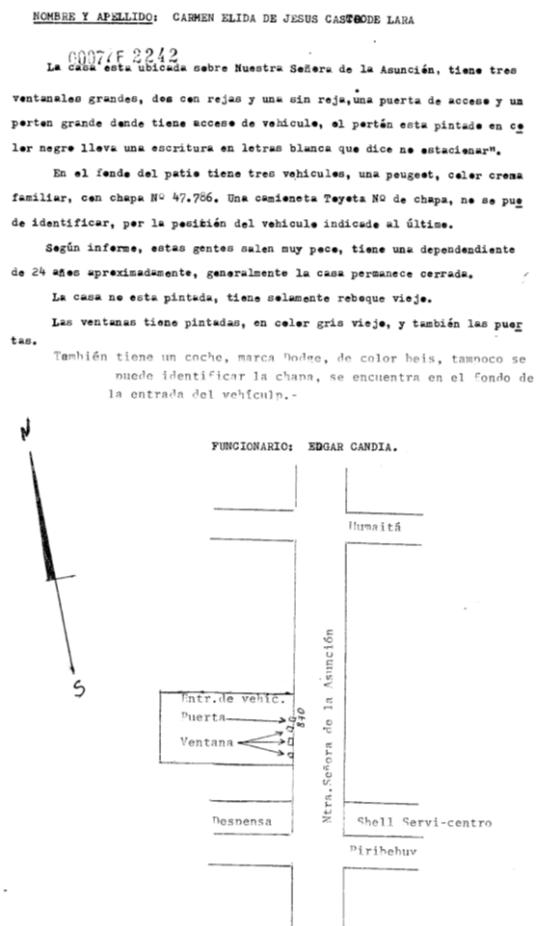
Desde seus primórdios a CODEHUP apresentava-se como autônoma, mista e sem filiação partidária. Funcionava na casa de Carmen de Lara Castro e,

<sup>14</sup> Segundo o relatório final da Comisión de Verdad y Justicia, 20.090 pessoas foram vítimas diretas de violações de Direitos Humanos no Paraguai, das quais 19.862 foram detidas de forma arbitrária ou ilegal; 18.772 foram torturadas; 59 mortas extrajudicialmente; 336 desaparecidas, 3.470 exiladas, porém o número de pessoas afetadas pela cultura do medo institucionalizada no país é incontável. (Comisión de Verdad y Justicia, 2008, p. 46).

<sup>15</sup> A Comissão, segundo contou Luis Alfonso Resck, foi criada em meados de 1964, eram 4 ou 5 pessoas que de forma clandestina faziam denúncias sobre os presos e a perseguição política no país (2012, p. 9). Na década de 1980, a partir do documento do Archivo del Terror (Mesa Directiva de la Comisión de defensa de los derechos humanos en el Paraguay, n.d.), é possível perceber que a organização cresceu e já contava com o apoio de associações internacionais como a Anistia Internacional, a Liga Internacional dos Direitos Humanos, a Cruz Vermelha, a Comitê de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE), entre outras.

entre suas principais características ressaltadas nas entrevistas, estava o trabalho de denunciar as violações aos direitos humanos no país, visitar pessoas presas e dar suporte a elas. Devido a essas ações, e mesmo sendo uma figura política da elite, esteve presa algumas vezes, teve sua casa vigiada e dois de seus filhos foram encarcerados. Na figura abaixo, temos o exemplo de algo comum nos registros policiais, informações de personagens associados ao mundo político e opositor ao regime. Esse documento apresenta indicações sobre as pessoas que viviam na casa de Carmen de Lara Castro, assim como os pontos de entrada e saída, o número de carros disponíveis, o registro de uma placa. No mesmo documento indicava que as pessoas que ali residiam saíam pouco de casa.

FIGURA 1- MAPA DA CASA DE CARMEN DE LARA CASTRO



Fonte: (Candia, 1983)

Nos relatos, principalmente dos filhos, a vigilância da casa e as prisões de sua mãe foram relatados, mas isso não foi algo que apareceu com frequência em outras narrativas. Devido à associação de que Carmen de Lara Castro pertence a uma elite política e por ser mulher, teria sido mais resguardada em relação a outros setores que foram presos diversas vezes, torturados ou tiveram que se exilar. Entretanto, verificando a literatura disponível e documentos foi possível observar várias violações sofridas por Carmen de Lara Castro como passagens pelo cárcere, retenção de documentos, e a prisão de seus filhos (CIPAE, 1998, p. 96; Acuña & Bareiro, 1991, p. 303-304). Não estamos aqui medindo a intensidade das violações; sabemos que pessoas foram exterminadas sem rastros, além de muitos passarem por prisões longuíssimas, sofrendo diversas formas de torturas, e que ocorreram exílios, entre tantas outras possibilidades. Mas queremos pontuar que ocorreram situações na vida de Carmen de Lara Castro que não podem ser minimizadas, pois ela também sofreu com a violência produzida pelo Estado autoritário.

Sobre suas prisões não encontramos relatos em primeira pessoa, mas nas narrativas de filhos elas emergiram quando foram questionados sobre o assunto. Destaco a fala de Jorge Lara Castro em entrevista à pesquisadora Cristina Scheibe Wolff:

[CW-] E aí levaram ela presa?

[JC-] Sim, presa. Você pode imaginar, ela vinha da Europa, no mês de novembro, início de dezembro. Chegou aqui com um clima agradável de 40 graus, vestindo roupa de inverno. Então eu fui buscá-la na delegacia, e depois soube que ela tinha sido levada para a delegacia de mulheres. Ela estava incomunicável. Depois de três a quatro dias, ela foi liberada. Ela tinha ficado por três horas no interior de uma caminhonete da polícia, em frente da delegacia; uma caminhonete toda fechada, onde ficou detida vestindo roupa de inverno. Ela quase teve um enfarte, ela já não era jovem! (Castro, J., 2008, p. 6)

Esse mesmo filho esteve em situação de cárcere algumas vezes e em seu relato, compreendia que parte de sua prisão ocorreu por sua própria militância no movimento estudantil, mas havia outra parte que tensionava a própria atuação de sua mãe (Castro, J., 2014, p. 5, 8). Outro filho, José Manuel Lara Castro, quando tinha 15 anos foi levado de sua casa para o cárcere, no qual foi torturado, e, na sua leitura, o levaram para castigar a sua mãe.

Com Stroessner, sempre fomos perseguidos. Nossa casa materna, que estava sobre *Nuestra Señora de Asunción*, vinha a polícia e entrava. Justamente dali que me levaram, na frente da minha casa. Na polícia eu me encontrei com Jorge que já estava lá dentro. Eram umas 15 pessoas lá dentro, a maioria eram universitários, eu estava no curso, terceiro curso básico.

[TS- No secundário?]

[JMC-] Sim, mas a maioria que estavam ali já eram estudantes e profissionais.

[TS-] Fosse preso uma vez só?

[JMS-] Uma vez só.

[TS-] E por que te levaram?

[JMC-] Eu creio que por minha mãe. Como ela era muito contrária ao regime de Stroessner, brigava com as pessoas do governo e nesse momento não se calava. Quando me pegaram disseram que se confundiram. Não se confundiram, sabiam muito bem o que faziam! (Castro, J.M., 2015, p. 2-3).

Depois da prisão, José Manuel relatou que foi necessário sair da região central e se afastar da cidade devido ao trauma que viveu e passou algum tempo na casa de uma amiga de sua mãe, que também fazia parte do Partido Liberal Radical e da CODEHUP, chamada Elida Lizza (Castro, J.M., 2015, p. 4). Seu irmão, Jorge Lara Castro saiu do país em 1976, em direção ao México para estudar, e só regressou ao país definitivamente em 1991. Sobre a prisão e tortura de seus filhos, Carmen de Lara Castro relatou a jornais e nos eventos da comissão de direitos humanos. E, no ano de 1992, quando fecharam um centro de tortura conhecido como “La Técnica”, declarou:

Este lugar lo visité muchísimas veces y he visto el cuerpo lacerado de mis hijos, con dedos quemados de Jorge y José Manuel, que fue raptado de mi casa a los 15 años. Dijo  
Este lugar es terrible, donde las torturas se hacían con deleite. Donde cansado el torturador lo dejaba de hacer. En este lugar, había una crudeza terrible. Expresó. (Menores de quinze años eran torturados, 1992, p. 6)

Algo que precisa ser mencionado e que diz muito sobre o período de censura e autoritarismo, era a necessidade que Carmen de Lara Castro tinha de sinalizar em algumas situações que a realidade da falta de direitos humanos no país era tão real que não precisava inventar nada (Informe, 1978), talvez por ter que confrontar as notícias dos órgãos oficiais que muitas vezes mascaravam as informações. Nesse sentido, em suas participações em eventos, entrevistas ou até mesmo no plenário, sempre buscou realizar denúncias com exemplos e relatos de pessoas presas, torturadas e de familiares de desaparecidos/os para fortalecer a sua narrativa. Sua comissão funcionou em sua casa até seu falecimento em 1993, e durante o tempo em que esteve à frente da organização, promoveram eventos e publicações<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Os livros que encontramos com o selo da CODEHUP, são: *La Sociedad Cautiva* de Ortiz (1987) e *El ocaso de la tiranía* (1986-1989) de Barbosa (1990).

FIGURA 2- 1° CONGRESO NACIONAL PARAGUAYO DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS



Legenda: Da imagem, a sequência da mesa da esquerda para a direita: Martínez Yaryes, Miguel Abdón Saguier, Tício Escobar, Monseñor Jorge Livieres Bank, Carmen de Lara Castro, Jerónimo Irala Burgos, Luis A. Resck, Mariano Lara Castro, Nelson García Ramírez. (Dictadura y Memoria, 2011, p. 18).

No início do artigo foi exposto um trecho do I Congresso de Direitos Humanos, que ocorreu de 8 a 10 de dezembro de 1978, em Assunção, na Fono-platea da Radio Cháritas<sup>17</sup>. Nele, aproveitaram a celebração do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e simbolicamente o dia da Virgem de *Cacupé*, para trazer à tona uma série de discussões sobre os direitos humanos no Paraguai. A imagem destacada acima apresenta várias pessoas associadas à CODEHUP, como: um representante da Igreja e de organizações políticas como o Partido Liberal Radical Autêntico, Partido Democrata Cristiano, Juventud Paraguaya por los Derechos Humanos.

Nesse evento, segundo os informes da polícia, aproximadamente 400 pessoas estiveram presentes. Trata-se de um número expressivo para um congresso em plena ditadura e que promovia uma discussão ampla sobre os direitos

<sup>17</sup> Não obtivemos informações se o evento foi emitido pela rádio.

humanos<sup>18</sup>. No informe policial dirigido a Don Pastor Milciades, mais conhecido nos livros como Pastor Coronel<sup>19</sup>, foram reconhecidos e nomeados vários representantes políticos importantes, tais como: os embaixadores da Alemanha e da Inglaterra (mas sem nomeá-los), o embaixador estadunidense Robert White, Wendy Turdhel da Anistia Internacional, Monseñor Marisevich; bispo de Concepción, Margarita Wilde da Discípulos de Cristo dos Estados Unidos. Além de representantes da Conferência Nacional de Bispos do Brasil e da organização de Paz e Justiça da América Latina, entre outras personalidades do Partido Liberal Radical Auténtico, Partido Revolucionário Febrerista e da Democracia Cristiana (Informe, 1978, p. 2-3).

No documento citado, é apresentada uma transcrição das comunicações orais realizadas durante o congresso em 11 páginas que abordam os três dias de evento. Esse registro, escrito a partir do olhar do policial, indicava os principais temas abordados, denunciava as pessoas presentes, as falas que ocorriam entre as mesas de trabalho, notificou se ocorreram aplausos ou choro, a localização dos cartazes e os dizeres que foram fixados nas paredes, e informou sobre a audiência do congresso. No evento foram organizadas 4 mesas expositoras que atravessavam os direitos humanos, mas com enfoque na situação econômica e social dos trabalhadores, a educação e a falta de liberdade acadêmica, a violência dirigida aos povos indígenas, o direito penal e os acordos internacionais (Informe, 1978, p. 1-11).

Provavelmente, devido a essas personalidades de peso, o I Congresso pôde ter ocorrido sem maiores problemas (sem uma intrusão ou repressão policial que o impedissem de ocorrer). A exemplo disso, Wendy Turdhel da Anistia Internacional, que estava no país como convidada para o evento, informou em entrevista ao jornal *Última Hora*: “veo como un paso formidable para los derechos humanos en este país. También he visto que la libertad de prensa, los enfoques que se han dado sobre el Congreso, han sido una cosa muy impresionante” (Ecos de una importante jornada, 1978). Esse falso ar de liberdade contrastava com a permanência do Estado de Sítio em Assunção, com as pessoas que seguiam presas e no exílio, fato do qual Turdhel estava ciente. No entanto, o que

<sup>18</sup> Em suas versões posteriores, segundo os informes policiais, os congressos de 1982 e 1987 não reuniram tantas pessoas quanto esse primeiro.

<sup>19</sup> Esse personagem, conhecido nos informes policiais, foi chefe da polícia capital desde o ano de 1968. Antes dessa função foi funcionário do Ministério de Educação. Segundo Alfredo Boccia Paz, foi no *Departamento de Investigaciones* que obteve destaque na modernização das estratégias de informação, convertendo-se em um local “nevralgico” da repressão política. Após o golpe, foi preso e condenado a 25 anos de prisão. (Paz, 2004, p. 66-67)

mencionou na entrevista como ponto positivo, foi a possibilidade de tratar do tema em um congresso, poder expor os problemas do país e propor sugestões para a sua superação (Ecos de una importante jornada, 1978)

Nesse evento, segundo o *Informe*, Carmen de Lara Castro e seus palestrantes expuseram realizadas denúncias sobre os maus-tratos contra mulheres, homens e crianças, campesinos, pessoas presas, trabalhadoras/es e populações indígenas. Pediram o fim do Estado de Sítio e das diversas leis que cerceavam a liberdade, anistia geral e ampla, liberdade aos presos políticos, regresso de pessoas exiladas, abertura das fronteiras para paraguaios (Informe, 1978), aplicação da Constituição, dos tratados internacionais e Código Penal, inclusive para a condenação de torturadores. Além de recomendações, as conclusões foram encaminhadas à Conferência Episcopal e a outras organizações.

As mulheres, e sobretudo as mães, são personagens que geralmente aparecem com mais vigor quando se trata da defesa da família e dos direitos humanos nas ditaduras (Wolff, 2015, p. 979-980). Porém, diferente de outros países, no Paraguai as mulheres quase não são visibilizadas, uma exceção sendo Carmen de Lara Castro por ter sido a presidente vitalícia da CODEHUP. Nas entrevistas realizadas poucas mulheres são recordadas entre as pessoas que faziam parte da organização, e os nomes mais lembrados foram: Luis Alfonso Resck, Elida Lizza, Maria Elena Perez Echauri, Manuel Radice, Custódia de Irrazabal, Miguel M. Yaryes, Adriano Jerónimo Irala Burgos, Tício Escobar, Rosalba Argaña de Escobar e Pastor Ilhe. Vários desses nomes são associados a partidos políticos e eram personagens considerados como parte da elite política de Assunção, talvez por isso tenham sido mais recordados nas entrevistas.

Em um documento policial no Archivo del Terror da década de 1980, são indicados vários nomes de pessoas associadas a CODEHUP, entre elas diversas mulheres, como Olga Caballero (secretária geral) e a equipe de trabalho composta por Estela de Palau, Gloria Muñoz, Maria Elena Perez, Marta Ferrara, Elida Lizza, Rosalba Argaña de Escobar, Custodia de Irrazabal, Mabel Valdovinos, Sara Rivarola de Laterza (Mesa Directiva de la Comisión de defensa de los derechos humanos en el Paraguay, n.d.). Sobre o documento citado, é relevante frisar que faz parte de uma série de listas datilografadas pela polícia stronista para o controle das organizações, e os nomes apresentados nele coincidem com os apresentados no caderno produzido pela CODEHUP para o 2º Congresso de Direitos Humanos em 1982, no qual informaram acerca da história da organização, seus objetivos e traçavam uma breve memória do evento de 1978.

Talvez, na CODEHUP, até meados da década de 1980, poucas mulheres fizessem parte da organização formalmente. Inclusive na imagem do I Congresso, a mesa que a compõem, com exceção de Carmen de Lara Castro, não há mulheres, assim como não há expositoras entre as mesas do evento evidenciadas nos documentos. Na pesquisa de campo, quando perguntei a Martín Lara Castro que atuou como secretário sobre as mulheres da comissão, já que praticamente não havia informações sobre elas, contou-nos que as pessoas muitas vezes não queriam estar associadas, de modo que apoiavam a comissão de forma anônima, acompanhando Carmen de Lara Castro nos cárceres, recolhendo informações, víveres para levar e dando apoio moral (Castro, M., 2015, p. 1).

Para compreender a ação dessas e de outras mulheres — ainda desconhecidas quando a temática é a resistência à ditadura no Paraguai — seria necessário um estudo de fôlego em jornais, arquivos pessoais e no Arquivo do Terror, o que não foi possível realizar até o momento. Ainda assim, não podemos deixar de mencioná-las ao evidenciar os espaços de confronto contra os autoritarismos, pois, se o medo era a tônica do período, essas pessoas, mulheres e homens, demonstraram coragem ao enfrentar um sistema organizado de terror. Apesar da existência de arquivos densos como o Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, os estudos sobre o período ainda são escassos, e, portanto, necessários para que o passado não seja esquecido.

Segundo os entrevistados, como muitos deles foram pessoas que estiveram em situação de cárcere (Alfredo Boccia Paz, Domingo Laino, Francisco de Vargas, José Manuel e Jorge de Lara Castro), Carmen de Lara Castro e seus/suas aliadas/os foram primordiais para a salvaguarda da vida, levando alimentos, prestando apoio, realizando denúncias e, em menor escala, atuando judicialmente em favor de pessoas presas por motivos políticos. A CODEHUP articulou-se com organizações internacionais para fortalecer as denúncias. E Carmen de Lara Castro, enquanto parlamentar, salientou o tema dos maus-tratos e a carência dos direitos humanos no país, buscando junto a setores progressistas, criar consciência sobre a importância desta bandeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, exploramos a trajetória de **Carmen de Lara Castro** no âmbito de sua associação com os direitos humanos, buscando, a partir de sua história, encontrar outras mulheres e homens que também atuaram em espaços de confronto com o autoritarismo. Ao evidenciar essa personagem e procurar

compreender suas ações no contexto de ditadura, fomos identificando outras pessoas e memórias relacionadas ao período. Nossa intenção foi contextualizar sua adesão ao partido e sua ascensão dentro dele, visto que poucas mulheres conseguiram conquistar espaços diretivos e se eleger, além de tensionar sua atuação em favor de pessoas presas e desaparecidas. Essa atuação, mais lembrada do que sua própria trajetória política, acabou por marcar de maneira significativa sua vida. É relevante destacar que Carmen de Lara Castro dedicou muitos anos à frente da CODEHUP, realizando uma atividade que poucas pessoas exerciam em contexto ditatorial: ir aos cárceres visitar presas/os, expor as condições em que se encontravam, pressionar os órgãos por informações sobre pessoas desaparecidas e organizar campanhas pela libertação de muitas/os presas/os.

Para conjecturar suas ações, utilizamos livros de cunho biográfico, entrevistas realizadas em pesquisas específicas, assim como documentos do Arquivo do Terror. Como foi problematizado por Ludmila Catela (2002, p. 212-213) e abordado no artigo, os fragmentos desses documentos – produzidos ou roubados pela polícia – eram usados como provas para incriminar a/o inimiga/o do regime. No entanto, nesse texto, utilizamos os documentos de maneira oposta, permitindo-nos reconstruir a história de pessoas e eventos que desempenharam um papel crucial na resistência ao regime stronista. Esses documentos também nos ajudam a perceber como as ações individuais e coletivas foram fundamentais para salvar vidas e denunciar os crimes promovidos pelo estado. Além disso, apesar de não ter sido o mote do texto, eles nos auxiliam a compreender a forma sistemática com que a polícia operava em seu enquadramento vigilante.

Para finalizar, retornando às perguntas apresentadas na introdução, a polícia stronista permanentemente vigiou e assediou Carmen de Lara Castro devido a sua atuação em prol dos direitos humanos, combinada com a sua ação dentro de um partido de oposição ao regime. Embora não tenha realizado essas ações sozinhas, como indicam as entrevistas e documentos, muitas pessoas se esquivavam de associar-se publicamente à CODEHUP devido ao terror e à vigilância constantes. E, no contexto das memórias sobre a resistência ao autoritarismo, seria impossível não lembrá-la, pois foi uma das primeiras a criar uma organização dedicada a denunciar o stronismo no país, visitar as pessoas presas, e promover eventos e publicações que discutiam a situação do Paraguai.

BIBLIOGRAFIA:

- Acuña, J. M., & Bareiro, Line. (1991). *El precio de la paz*. Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch.
- Avelar, A. (2011). Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*, 13(22). <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/14021>
- Barbosa, R. (1990) *El ocaso de la tiranía (1986-1989)*. Comisión de Defensa de los Derechos Humanos.
- Bareiro, L., & Echauri, C. (1995). *Las recién llegadas: Mujer y política* (Estudios Básicos en Derechos Humanos IV). Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH). <http://www.corteidh.or.cr/tablas/a12001.pdf>.
- Bareiro, L., Soto, C., & Monte, M. (1993). *Alquimistas- documentos para otra historia de las mujeres*. Assunção: CDE.
- Bareiro, L., & Soto, C. (Eds.). (1992). *Sola no basta: Mecanismos para mejorar la participación política de las mujeres*. CDE, Fundación Friedrich Ebert.
- Barreto, A. (2011). *Mujeres que hicieron historia en el Paraguay*. Ateneo Cultural Lidia Guañes, SERVILIBRO, Secretaría de la Mujer.
- Bloch, M. (2002). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Zahar.
- Bourdieu, P. (1998). Ilusão biográfica. In M. M. Ferreira & J. Amado (Eds.), *Usos e abusos da história oral (2ª ed.)* (pp.183-191). Fundação Getulio Vargas.
- Brun, D. A. (2014). *El régimen stronista: Naturaleza, sustento y longividad* (Colección 60 años del Stronismo, n. 3). El Lector, ABC Color.
- Caballero, M. G. O. de. (1994). “Otros verán nuestra victoria”: *Breve biografía de Carmen Casco Miranda de Lara Castro*. [manuscrito-próprio].
- Candia, E. (1983). *Mapa, casa de Carmen de Lara Castro em detalhes. Documentação fragmentada. [R0077F2242]*. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Castro, J. (2008) [Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Castro, J. (2014). [Entrevista concedida em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Castro, J. M. (2015). [Entrevista concedida em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

- Castro, M. (2015). [Entrevista concedida em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Catela, L. (2002). El mundo de los archivos. In E. Jelin & L. Catela (Eds.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad* (pp. 281-403). Siglo XXI.
- Chartrain, F. (2013). *La Iglesia y los partidos en la vida política del Paraguay desde la independencia*. Fondec.
- CIPAE. (1998). *Testimonio contra el olvido: Reseña de la infamia y del terror, Paraguay 1954-1989*. CIPAE.
- Comisión de Verdad y Justicia. (2008). *Informe Final Anive haguā oiko: Síntesis y caracterización del régimen* (Vol. 1). J.C. Medina.
- Codas, N. B. (1989). *Conociendo a Carmen de Lara Castro. [R00185F0023]*. Nosotras, ABC Color. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Corvalán, G. (1986). La acción colectiva de las mujeres urbanas en el Paraguay. In D. Rivarola et al. (Eds.), *Los movimientos sociales en el Paraguay* (pp. 91-135). Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos.
- Dictadura y Memoria. (2011). *Dictadura y memoria: Un espacio para la reflexión desde los derechos humanos*. Arandurã.
- Echauri, C., & Soto, C. (1993). *Los saberes del poder*. Salesiana.
- Ecos de una importante jornada. (1978). *Ultima Hora. [R0228F0591]*. [Recorte de jornal. Documentação fragmentada]. Disponível no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Florentín, C. G. (2013). *La Guerra Civil de 1947*. El lector.
- Forjadores del Paraguay. (2005). Arami.
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Heinz, F. (Ed.). (2006). *Por outra história das elites*. Editora FGV.
- Informe. (1978). *Policia de la Capital, Dpto. de Investigaciones y afines, Primer Congreso de los Derechos Humanos [R00051F 01 22-R0051F0132]*. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Lewis, P. (1986). *Paraguay bajo Stroessner*. FUNDEC.

- Menores de 15 años eran torturados. (1992). *El Diario*. Fundo documental: Asamblea por el Derecho a la Vida. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Mesa Directiva de la Comisión de defensa de los derechos humanos en el Paraguay. (n.d.). *Lista de nomes de associados a CODEHUP. [R00097F2138]*. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.
- Moreira, M. M. de L., Bareiro, L., & Soto, C. (2011). *Al fin ciudadanas (1961–2011): 50 años de derechos políticos de las mujeres en Paraguay*. Centro de Documentación y Estudios.
- Nickson, A. (2010). El régimen de Stroessner (1954–1989). In I. Telesca (Ed.), *Historia del Paraguay* (pp. 265-294). Taurus - Santillana.
- Ortiz, H. A. (1987). *La Sociedade Cautiva*. Comisión de Defensa de los Derechos Humanos.
- Paredes, R. (2011). *Mujeres rebeldes por la patria*. Servi Libro.
- Partido Liberal Radical. (1977). [Boletín del Voto, candidatos a miembros del directorio]. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos [R00022F2730].
- Paz, A. B. (2004). *Diccionario usual del stronismo*. SERVILIBRO.
- Paz, A. B. (2014). [Entrevista concedida em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Paz, A. B., Palau, R., & Salerno, O. (2007). *Paraguay: Los Archivos del Terror: Los papeles que resignificaron la memoria del stronismo*. Servicios Gráficos del Poder Judicial.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Resck, L. (2012). [Entrevista concedida em Assunção, Paraguai. Gravador digital]. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Schmidt, B. (1996). O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: Trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos* (90)6, 165–192. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6178>
- Silva, T. A. (2016). *Memórias sobre uma dama valente: Carmen de Lara Castro e a ditadura stronista (1967–1989)* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173267>.
- Smith, B. G. (2003). *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Edusc.
- Simón, J. L. (1992). *La dictadura de Stroessner y los derechos humanos* (2<sup>a</sup> ed., Vol. 1). Comité de Iglesias, Editorial Estilográfica.

- Soler, L. (2014). *Paraguay: La larga invención del golpe*. Arandurã.
- Villalba, J. R. G. (2000). *Honorble Congreso de la Nación: Revisión histórica*. [s.e.].
- Wolff, C. S. (2015). Pedaços de alma: Emoções e gênero nos discursos da resistência. *Estudos Feministas*, (23)3, 975–989. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>
- .